



## ▼ Capítulo 6

### A FILOSOFIA AFRICANA COMO PROJETO DO FUTURO

*Lorena Silva Oliveira*

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/filo06>

**VOLTAR AO SUMÁRIO**

“Na existência tudo se faz em função do futuro!”

(NGOENHA, 2004)

## Introdução

Neste capítulo, procuro fazer uma introdução às filosofias africanas a partir de concepções retiradas das obras “Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana” e “Filosofia Africana: das Independências às Liberdades”, do filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha.

Acredito que no âmbito filosófico a melhor maneira de combatermos o racismo epistêmico é dando visibilidade às filosofias africanas, que como outros saberes advindos da África foram pelo Ocidente negligenciados, quando não usurpados. Portanto, apresentar o pensamento de Severino Ngoenha, ainda que de modo introdutório, devido ao caráter deste trabalho, faz-se relevante, por buscar contribuir para o conhecimento e o reconhecimento da atividade intelectual dos povos africanos.

Logo, as obras a serem acessadas são obras que caracterizam a expressão de um filósofo, sujeito social, situado no tempo e no espaço, que se engaja a pensar sobre a sua realidade de acordo com as suas percepções e os seus problemas circunstantes. Severino Ngoenha acredita que as elaborações dos pensamentos de um filósofo são alimentadas pela sua sensibilidade em relação aos acontecimentos históricos, sociais e culturais.

Por esse fato, em suas obras, em especial “Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana” (2004), o filósofo busca responder à seguinte questão: qual pode ser o papel da filosofia no processo democrático de Moçambique? Apesar de não apresentar neste capítulo toda a estrutura de seu pensamento para responder a essa questão (dadas as suas limitações), apresentarei como o filósofo interpreta a filosofia e os intelectuais para que os/as leitores/as possam ter chaves de leitura e entender o que sustenta as proposições do filósofo ao refletir sobre o principal papel da filosofia nas sociedades africanas.

## Paradigma libertário: por um projeto de futuro

Para adentrarmos o pluriverso das filosofias africanas, primeiramente, é preciso compreender que essas filosofias estão assentadas em três eventos-eixos: a escravidão, o colonialismo e a globalização. Mas se pode considerar que o pensamento africano, em sua totalidade, é elaborado em torno de um eixo que perpassa e sustenta toda a filosofia e toda a história da África e dos africanos. Esse eixo único é a Liberdade!

Devido à história da África e dos africanos ser marcada pela escravatura, pelo colonialismo, pelo neocolonialismo e pelas guerras civis, a busca pela Liberdade se tornou incessante. A História nos mostra como as constantes buscas pela liberdade ocorreram nos diferentes períodos históricos da África, como nos diversos países considerados diásporas africanas, onde mulheres e homens africanos foram submetidos ao regime de escravidão.

Verifica-se que a primeira busca pela liberdade se inicia no novo mundo e é identificada como emancipação da escravatura. Sabemos que o processo da escravatura manteve homens e mulheres em condições subumanas, privados de sua liberdade. E o que eles/as almejavam era voltar para a “alma mater”, a África.

Posteriormente, para a nova geração de escravizados, a liberdade abordou um sentido diferente dos seus antepassados. Não buscavam retornar à mãe África, somente serem homens verdadeiramente emancipados e integrados socialmente nos países que os viram nascer, ou seja, nas Américas, identificando a liberdade como integração social.

Em 1885, a busca pela liberdade era contra o colonialismo, que após a Conferência de Berlim os africanos tiveram que fazer frente. Surgiram também, nesse período, movimentos políticos nas diásporas e no continente africano, como o movimento pan-africanismo, que nascera defendendo a unidade continental em termos políticos e econômicos, tendo como lema de batalha “unir-se para resistir”. Nesse período, a liberdade é identificada como independência política.

Contudo, essa liberdade somente veio se concretizar em 1957, em Gana. Após 1960, os demais países africanos foram conquistando, gradualmente, suas independências políticas. No âmbito filosófico, acredita-se que durante toda a história os africanos lutaram por liberdade, mas a liberdade está para além da independência e da autonomia. José Castiano (2010, p. 2000), filósofo moçambicano, destaca que:

A liberdade do Eu-africano torna-se um valor intrínseco à sua própria existência como sujeito no contexto da escravatura e na condição de colonizado. A liberdade que se clama não tem somente um sentido material de luta pela independência econômica e pela sua autonomia política em proclamar a sua própria identidade. A liberdade que se quer vai muito mais além da independência e da autonomia: é a liberdade epistêmica. Ou seja: a liberdade do sujeito africano de falar por si, de construir o seu próprio discurso sobre a sua condição de existência. É a liberdade de ser livre em negociar a sua entrada na modernidade. Trata-se da liberdade de ter o direito de ser sujeito da sua história e do pensamento sobre si mesmo [...]

Para Castiano, a liberdade epistêmica do Eu-africano é um dos aspectos da liberdade almejada pelos africanos durante a história, justamente por ser uma liberdade “[...] da consciência que, normalmente, consubstancia-se na capacidade e no direito natural que o ser humano possui de poder expor e defender as suas opiniões, sejam elas de ordem religiosa, política ou outras.” (CASTIANO, 2010, p. 193). Intenta retirar os sujeitos africanos da condição objetivada que ocuparam e ainda ocupam nas literaturas ocidentais.

A subjetividade africana é anulada na História e os conhecimentos produzidos por esses sujeitos foram usurpados e negligenciados na literatura escrita pela ótica do colonizador. Os africanos desejam se laicizar do Ocidente e serem autores de sua própria história. Por esse fato, a liberdade epistêmica se faz necessária, pois ela permite a eles pensarem por si mesmos, defenderem seus interesses, integrarem e construir uma nova história.

No pensamento filosófico de Benin, Paulin Hountondji expõe que busca pela liberdade significa lutar por uma filosofia africana futura que seja livre e autêntica. O filósofo busca defender a filosofia africana de ser compreendida como etnofilosofia, corrente filosófica que, segundo ele, é constituída, na verdade, de textos etnográficos com a pretensão de serem filosóficos, os quais contribuem e contribuíram para uma visão unanimista sobre a África e os africanos. Também busca, em seus escritos, libertar o pensamento africano da superioridade europeia que sempre esteve presente no debate sobre a filosofia africana.

Dentre outros filósofos que dissertam sobre a incessante busca pela liberdade está o filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha. Considerado um pensador da tradição crítica da filosofia, Ngoenha é um filósofo preocupado com o seu tempo, com a sua nação e com o seu continente, como também, e acima de tudo, com o futuro da sociedade. Para ele, a filosofia africana está na linha da liberdade. Ela é um derivado do pensamento africano. Por isso, considera que

O substrato filosófico do pensamento africano é, sem dúvida, a busca da liberdade, devido à situação categorial oprimido/escravo/colonizado/subdesenvolvido na qual os povos africanos se encontram a seguir ao encontro/choque com o ocidente. (NGOENHA, 2004, p. 74).

Conquanto, a busca pela liberdade, para esse autor, não é de cunho metafísico ou moral. Ngoenha acredita que a liberdade ambicionada pelos africanos é de natureza política, pois mesmo após a independência política e econômica dos moçambicanos ela não se descolonizou e é buscada agora no desenvolvimento econômico e social.

Essa busca pela liberdade é conceituada em sua filosofia como “paradigma libertário”, que por sua vez se tornou um critério que avalia o caráter de todas as filosofias que se consideram africanas. De acordo com Castiano (2010), Ngoenha torna a busca pela liberdade um critério de avaliação sobre o que é ou não filosofia africana, ao afirmar que “[...] qualquer lucubração de

natureza filosófica deve ser julgada como tal a partir da conclusão sobre em que medida estas reflexões filosóficas alargam ou não o campo da liberdade dos africanos” (CASTIANO, 2010, p. 207).

A posição do filósofo é justificável se compreendermos que a busca pela liberdade, na filosofia ngoenhiana, está concatenada com um projeto de futuro melhor, um futuro diferente do passado, marcado pela opressão e submissão dos africanos ante os colonizadores.

Em sua obra, *Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades*, observamos que Ngoenha, como os filósofos da escola crítica e hermenêutica, considera ser a filosofia africana “[...] um projeto do futuro” (NGOENHA, 1993, p. 105), pois, para o autor, ela tem um compromisso com o futuro, e as referências advindas da tradição, do passado, devem servir ao pensamento filosófico como utopia crítica se contribuírem para a construção de um futuro melhor para os africanos. E o futuro é entendido como o conjunto de projetos, de possíveis, de esperanças, de liberdades, que possui três aspectos:

[...] o primeiro, é já a sua antecipação no presente; o segundo, é um futuro que será em parte nosso e em parte dos outros; terceiro (um futuro do futuro), que será dos que ainda não nasceram, um futuro que não podemos e nem sequer devemos predeterminar na sua originalidade, mas que condicionamos de uma certa maneira; e desta forma somos responsáveis. (NGOENHA, 1993, p. 133. Acréscimos no original).

Sendo assim, para o filósofo, o futuro, em todos os seus aspectos, deve ser encarado pela filosofia africana com responsabilidade, pois nele está a possibilidade de construir uma nova história, uma nova sociedade para todos/todas os/as viventes, uma vez que a história é feita por homens e temos responsabilidade sobre o tipo de história e de futuro que no hoje nos condicionamos. Faz-nos observar que é possível penetrar no futuro como penetramos no passado e considera legítimo “[...] que nos interroguemos sobre o lugar da filosofia na problemática da construção do futuro” (NGOENHA, 1993, p. 8).

Consciente da complexidade ao identificarmos qual é o melhor lugar e a melhor maneira<sup>1</sup> de a filosofia buscar realizar a “missão futuro”, o filósofo nos aponta que a escola – por não se resumir a um mero edifício, mas ao lugar onde sistemas de valores como: educação à liberdade, à democracia, à solidariedade, ao diálogo, dentre outros são transmitidos aos futuros cidadãos que queremos amanhã – deve ser encarada como um lugar que a filosofia deve ocupar, pois pensar no tipo de homem que queremos amanhã é uma questão filosófica a qual deve ser prudentemente averiguada.

Por conseguinte, podemos compreender que a Filosofia Africana é entendida, na perspectiva de Ngoenha, como um projeto do futuro, pois o filósofo nos certifica de que “Na existência tudo se faz em função do futuro” (NGOENHA, 1993, p. 11), portanto, cabe à filosofia mostrar as luzes que iluminem o caminho dos povos africanos para a maximização dos campos das suas liberdades políticas, sociais e econômicas, contribuindo para a edificação de uma sociedade futura libertária, democrática e soberana.

Para isso, juntamente com os filósofos da escola crítica, Hountondji, Boulaga e especialmente Marcien Towa, Ngoenha defende que os filósofos africanos devem concentrar suas reflexões sobre o futuro, o desenvolvimento e o progresso do continente africano, pois a busca por um futuro melhor deve ser considerada primordial nas reflexões filosóficas.

Primordial pelo fato de que a filosofia africana pode contribuir para transformar a sociedade africana, uma vez que ela pode oferecer aos indivíduos as melhores alternativas para agirem sobre sua própria história, sobre o seu amanhã, posto que Ngoenha acredita que

A filosofia torna possível a vida do homem, enquanto ela lhe permite imaginar, projetar o futuro e enfrentá-lo. Se as aporias da vida que nos estrangulam com a fome, a miséria, a nudez, a guerra, o analfabetismo, etc., nos su-

---

1 Ngoenha analisará na obra *Filosofia Africana: das Independências às Liberdades*, de 1983, qual a melhor maneira de pensar o futuro e quais são os instrumentos de que se serve o filósofo para isso. Aponta-nos, em sua obra, três alternativas: a profecia, a utopia ou a futurologia. Não abordaremos nenhuma perspectiva, especificamente devido às limitações do trabalho.

focassem de tal maneira a não permitir-nos [sic] nenhuma interpretação do mundo, e não nos fosse possível pensar um amanhã, seria terrível. O pensamento, a filosofia, tornam possível o amanhã. Mas ao mesmo tempo, interroga-se sobre o tipo de amanhã. (NGOENHA, 1993, p. 12).

Pelo fato de a filosofia tornar nossa vida possível e nos permitir aspirar um futuro diferente, o filósofo acredita que depende de cada um de nós, mas principalmente dos intelectuais influenciar e projetar um futuro melhor, pois não podemos mudar o passado, mas podemos escolher o tipo de futuro que queremos. Nesse sentido, o futuro é o espaço aberto ao possível, aos nossos anseios e principalmente à nossa liberdade, dado que nós somos livres para concebermos diferentes modos de ser e viver.

Contudo, ressalta que um projeto do futuro deve ser moralmente válido e possuir duas dimensões: pessoal e comunitária. Pessoal, pois para o filósofo nós somos os protagonistas da nossa vida e história, logo não nos cabe, apenas, responsabilizar os fatos, a política nem os demais indivíduos pela condição do nosso futuro. Comunitário, visto que o projeto deve contribuir para a realização da vida de todos os membros de uma comunidade. Para mais, ele também deve ser histórico, pois se deve ter conhecimento dos dados e das experiências já realizadas para que uma reformulação responsável seja esboçada.

Diante desse breve panorama sobre como o filósofo Severino Ngoenha compreende a filosofia africana, é válido apresentar qual é, em sua perspectiva, a função dos intelectuais na sociedade. Tendo em vista que Ngoenha possui uma visão interventiva da filosofia e, por conseguinte, acredita que ela deva contribuir para o processo de mudança da sociedade, os intelectuais possuem uma grande responsabilidade nesse processo. Vejamos.

## O papel dos intelectuais na sociedade

Um dos temas prediletos de Ngoenha é discorrer sobre a missão do intelectual na sociedade. Por assim ser, apresento neste capítulo a visão

do autor sobre o papel dos intelectuais, especificamente moçambicanos, no contexto político analisado na obra *Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*.

Todavia, é importante analisar como Ngoenha conceitua os intelectuais, mas também como ele conceitua o filósofo, uma vez que nas obras consideradas se percebe que quando o autor se refere aos intelectuais, não está necessariamente se referindo aos filósofos, mas à elite pensante em geral. Portanto, vejamos como o filósofo define esses dois conceitos.

Na obra *Filosofia Africana: das Independências às Liberdades*, Ngoenha apresenta a sua concepção de filósofo. Para ele,

O filósofo é um homem que procura explicar-se a si mesmo e à sua época, o sentido da vida, o destino do homem, e as suas possibilidades de realizá-lo; ele tenta formular os sonhos e as esperanças mais altas da sua comunidade e da comunidade humana em geral e levar esta última a tomar consciência; ele tenta abrir ao homem a via em direção dele mesmo, isto é, em direção da comunidade e da individualidade. (NGOENHA, 1993, p. 117).

O autor aponta que o filósofo é um intelectual que deve oferecer à sua comunidade e à humanidade as possibilidades e os recursos existentes para a construção de um projeto de futuro possível. Sua grandeza consiste em ser o porta voz da comunidade (humanidade) e buscar exprimir o homem como ele é realmente, seus problemas reais e as possibilidades de resolvê-los.

De modo semelhante, na obra *Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*, Ngoenha compreende como intelectual “[...] um homem engajado, não necessariamente com um partido, mas com a causa de Moçambique e do seu povo” (NGOENHA, 2004, p. 67). Essas conceituações mostram que tanto o filósofo como o intelectual podem ser compreendidos como porta-vozes de uma sociedade por serem indivíduos que buscam em suas ações e lucubrações contribuir para melhorar a sociedade e a vida dos homens.

Nesse sentido, sendo a filosofia africana um projeto de futuro, ele deve ser dirigido com responsabilidade por todos os filósofos, por isso Ngoenha ratifica que eles devem possuir, portanto, uma postura interventiva no mundo e não devem se ater a somente contemplar e criticar; devem refletir sobre quais são os mecanismos necessários para que a sociedade alcance melhores condições de vida para a população.

No contexto moçambicano, o autor, em *Os Tempos da Filosofia*, analisa a função dos intelectuais moçambicanos no cenário político do país, que vivencia um Estado dorlar-crático ao invés de democrático. Inspirado em Antônio Gramsci, considera que os intelectuais exercem uma função importantíssima na vida política, entretanto, receia não visualizar em Moçambique a presença de intelectuais que sejam um conjunto de militância, competência e ética e que, sobretudo, estejam de fato comprometidos com o seu papel social.

Verifica que a política moçambicana foi reduzida a um meio instrumental para obtenção econômica, e que o engajamento político dos cidadãos moçambicanos visa somente à obtenção de interesses individuais. Em Moçambique, há um processo de instrumentalização da atividade política causada pelo que o autor denomina de tentação do poder político, que podemos compreender como corrupção.

Essa tentação pelo poder seduz os indivíduos, e os intelectuais e os filósofos não fogem a essa regra, pois uma vertente desse processo de instrumentalização da política busca corrompê-los também, por isso são cortejados veementemente pelas autoridades políticas, que não conseguem concebê-los simplesmente como membros da sociedade civil.

Importante lembrar que há uma relação conflitante entre os intelectuais e o poder político em Moçambique. Rememorando o contexto político do País, nota-se um histórico de conflitos entre intelectuais e o poder (Estado). Ngoenha nos esclarece que isso se dá pelo fato de os intelectuais que ocuparam cargos políticos nos países africanos, fundindo a dimensão intelectual e política nas mesmas pessoas, possuíram uma relação de oposição com o poder instituído. Até a década de 1960, existia uma relação entre

ser intelectual e militante pela causa das liberdades e independências em oposição ao poder colonial.

Entretanto, no período pós-colonial, as relações entre os intelectuais com o poder político se complexificaram e, desde então, uma oposição entre saber e poder se instaurou. Assim, a política de partido único, tanto de esquerda quanto de direita, criou uma tradição conflituosa entre intelectuais e poder. Com isso, as elites moçambicanas (elite pensante e elite política) não lutam por objetivos comuns até os dias hodiernos.

Apesar dessas ocorrências, o filósofo nos expõe que a “[...] função/missão dos intelectuais é contribuir com as suas ideias, sugestões, reflexões, perplexidades, cepticismo, críticas e reticências para o melhoramento da sociedade” (NGOENHA, 2004, p. 54). Ademais, certifica-nos de que

Os filósofos africanos têm a grande responsabilidade de formar gerações presentes e futuras em ordem a uma consciência civil [...]. Os filósofos devem indicar a direção do desenvolvimento histórico no momento presente (direção normativa) e consentir em avaliar as várias fases anteriores de tal desenvolvimento. (NGOENHA, 1993, p. 115).

Por esse fato, para o filósofo, a busca pela liberdade, identificada em sua filosofia como o desenvolvimento econômico e social do país e do continente, deve ser o fim último de todas as lucubrações e ações dos intelectuais africanos, independentemente dos conflitos vivenciados no passado. Como porta-vozes da sociedade, eles devem cumprir suas funções sociais, não devendo somente levantarem os anseios e as críticas da comunidade, mas devem, sobretudo, esforçarem-se e darem instrumentos teóricos aos políticos e à comunidade, com o objetivo de contribuírem para o desenvolvimento da sociedade atual e das gerações futuras.

Sendo assim, no cenário político de Moçambique, é preciso que os intelectuais

[...] caracterizem a sua acção [sic] pública como pensadores vocacionados para a busca das condições de uma sempre melhor democracia como participação de todos, para a invenção de mecanismos de sempre maior legitimação de poder, de maior participação, mais transparência, mais serviços, eventualmente com alternância na governação do país, sobretudo de mais consolidação da liberdade e incremento à justiça social. (NGOENHA, 2004, p. 51).

A justiça social, assim como a liberdade, deve se juntar aos valores que justificam o engajamento dos intelectuais africanos que militam a favor da democracia. Estando a justiça, desde a antiguidade, no cerne das discussões sobre o melhor regime político, ela deve ser o elemento *suleador* das reflexões sobre a capacidade do modelo institucional da democracia, instaurado em uma dada sociedade, a fim de possibilitar ou não a igualdade de direitos e as oportunidades entre os cidadãos.

Ngoenha acredita que dada a função dos intelectuais na sociedade, a elite política deve buscar o auxílio de um corpo de filósofos e intelectuais que possua a verdade e a justiça como princípios de suas atividades e que possam intervir na política moçambicana para que ela consiga desempenhar as funções políticas sem suprimir a justiça.

Essa posição do filósofo nos faz compreender que ele, em sua obra *Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*, objetiva ponderar que é tempo de os intelectuais e o poder se reconciliarem, de modo que os políticos devam dar mais atenção aos intelectuais e estes serem mais engajados, mais partícipes da vida pública.

O filósofo acredita que para Moçambique aperfeiçoar a sua democracia, primeiramente, deverá fortalecer o elo fraco que é a elite intelectual, pois ela não se predispõe a ousar participar, construtivamente, na descoberta do que é necessário fazer para melhorar as condições de vida da população moçambicana devido às ocorrências do passado. Mas a obra vem convidar os intelectuais de Moçambique a se debruçarem sobre a situação política do País e a se engajarem e proporem, de acordo com as possibilidades, um

projeto de futuro que Moçambique e os países africanos necessitam para realmente serem livres.

Buscando ser coerente com os seus apontamentos, enquanto um intelectual consciente de sua função social e congruente com o valor de fundo do seu engajamento que é a Liberdade, o filósofo, após se debruçar sobre as necessidades de Moçambique, apresenta-nos o seu aporte:

Eis porque, no que me diz respeito, ousar, muito modestamente, sugerir para o crescimento político e social de Moçambique, a necessidade de incrementar o contrato social, de estabelecer um contrato político entre os partidos, principais fatores da política nacional, e de redesenhar o quadro institucional, inspirando-se, em primeiro lugar, nos espíritos das tradições dos diferentes grupos, sem, no entanto, deixar de ter em conta a contribuição dos outros países e povos na evolução da democracia. (NGOENHA, 2004, p. 55).

Ele propõe um projeto para que seu país conquiste a liberdade almejada (desenvolvimento econômico e social) e consiga construir uma dimensão moçambicana da democracia. Na passagem acima, aposta na necessidade de o país estabelecer três contratos<sup>2</sup>, que, segundo suas análises, possibilitarão um crescimento político e social da sociedade se ela levar em consideração as necessidades levantadas pelas populações autóctones e se os intelectuais, porta-vozes da comunidade (humanidade), engajarem-se e mediarem o diálogo entre o campo cultural, político e social.

Ademais, o filósofo afirma que apesar de buscar os fundamentos para uma Democracia moçambicana, não dispensa a contribuição dos demais países, mas deixa explícito que os países podem contribuir, mas não podem ser modelos a serem instaurados.

Por fim, nesta exposição sobre o papel dos intelectuais na sociedade, busquei demonstrar que a filosofia africana, como um projeto do futuro,

---

2 Ngoenha apresentará, detalhadamente, cada contrato no decorrer da obra “Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana”.

requer intelectuais que se engajem em prol da construção de um futuro melhor para as sociedades africanas, pois, para o nosso filósofo, o futuro é o único domínio temporal que os homens podem influenciar e modificar.

Portanto, a filosofia, em particular a filosofia moçambicana, e os intelectuais do País têm o dever de pensar sua temporalidade histórica, em busca de um projeto político futuro que consiga estabelecer e fundamentar o que Moçambique necessita para construir uma dimensão moçambicana de democracia.

## A filosofia moçambicana

Ao dizer que a filosofia africana, em sua dimensão moçambicana, deve pensar a sua temporalidade histórica, é preciso entender que ela deve pensar filosoficamente sobre as preocupações que habitam Moçambique e África, tendo em vista dar respostas e auxílio científico à sociedade.

Entretanto, cabe-nos questionar: pensar a situação política e histórica de uma dada sociedade não seria filosofia? A filosofia moçambicana deixaria de ser filosofia por se preocupar, prioritariamente, com os problemas de seu país? Estaríamos, portanto, fazendo historiografia, sociologia, ou qualquer outra coisa, que não seja filosofia?

Pretendo, com essas indagações, evidenciar que o filósofo Ngoenha busca pensar, especificamente, o processo democrático de Moçambique, sem deixar de estar fazendo filosofia. Em suas obras, ele tem o cuidado de nos mostrar que todo pensamento filosófico que se quer universal parte de uma particularidade, como poderemos constatar na seguinte passagem:

Para pensar o universal, cada homem parte da sua situação específica, particular. Quem pensa o universal é sempre um homem singular, pertencente a um grupo particular, situado no espaço e no tempo. Isto tanto é válido para quem pensa a partir da Grécia, como quem pensa a partir de Moçambique, do Chile ou da Indonésia. (NGOENHA, 1993, p. 15).

Portanto, o filósofo afirma que o ponto de partida de toda filosofia é contextual, pois “[...] fazer filosofia seria interrogar-se sobre a própria temporalidade histórica, mas sempre em função de uma particularidade que nos é própria” (NGOENHA, 2004, p. 70). Sendo assim, acredita que há uma pluralidade de formas de expressar a filosofia, que se concretiza e se articula em conexão com os processos histórico-contextuais da vida da humanidade.

E, por esse fato, é perceptível que a filosofia se desenvolveu a partir de uma série de saberes contextuais, que possuem histórias com rostos diferentes. Tanto que podemos compreender que o racionalismo francês se difere do idealismo alemão, que por sua vez se difere do pragmatismo americano. Desse modo, Ngoenha nos afirma que em todo o filosofar o

Tempo e contexto decidem, portanto, do vulto da filosofia. E fazem-no imprimindo-lhe o selo da pluralidade, porque pensar o seu tempo não pode simplesmente significar pensar o espírito dominante da sua época, mas também significa o compromisso de pensar os muitos tempos e historicidades que a humanidade nas suas múltiplas formas quotidianamente gera e vive. Isto implica, obviamente, a necessidade de pensar não só o contexto global como também a diversidade contextual em que se geram os tempos. (NGOENHA, 2004, p. 72).

Ao considerar que o tempo e o contexto são elementos primordiais para o filosofar, o filósofo pondera que a filosofia, ao refletir sempre uma determinada contextualidade, expressa-nos que toda ela é fonte de pluralidades que não se prendem a questões meramente geográficas, mas a razões éticas, hermenêuticas, antropológicas, dentre outras.

A filosofia contextual nasce, portanto, das experiências, dos anseios de uma sociedade específica; coloca em jogo a riqueza das razões com que a humanidade dá razão à vida, e como expressão dessa riqueza, cada filosofia contextual é porta voz de si mesma. Só ela consegue dizer coisas que nenhuma outra filosofia pode dizer no seu lugar.

Sua importância encontramos no fato de ela organizar e partilhar a polifonia das culturas componentes da humanidade. Ela possibilita localizarmos o *logos* e percebermos quem são os verdadeiros autores da história, já que dá a oportunidade para os sujeitos falarem por si mesmos. Diante do exposto, Ngoenha acredita que uma filosofia que interroga sobre a condição humana e sobre a particularidade de um contexto e tempo histórico não faz com que ela própria seja inferior às filosofias postuladas como universais, pois estas também são contextuais com pretensão à universalidade.

Para mais, em *Os Tempos da Filosofia*, a partir do contexto político de Moçambique, o filósofo irá expor que a filosofia moçambicana, em especial a filosofia política, antes de se lançar em um discurso sobre o futuro, precisa se debruçar sobre o processo histórico singular de Moçambique e refletir sobre o político e a democracia, tendo como critério de juízo o caminho em direção à liberdade, que por sua vez é o substrato do pensamento político e da filosofia africana.

A função da filosofia moçambicana, para Ngoenha, é investigar sobre a mais antiga questão da filosofia política. Ela deve examinar qual seria o melhor regime político e as formas institucionais que se ajustam à realidade histórica específica do País. Mas, dado Moçambique possuir uma democracia, que é considerado o melhor regime político até então conhecido, Ngoenha confere à filosofia política moçambicana o desafio de

[...] relevar e fundamentar as razões que militam a favor de uma democracia mais participativa, de uma democracia que subordina a economia às escolhas políticas e societárias (a política no posto do comando), de uma democracia que baseia as suas instituições nos imaginários coletivos da populações, sem abdicar dos contributos das histórias políticas e institucionais dos outros países e povos (contrato cultural), ou numa atitude ético-política que levaria as forças políticas a resolverem os seus problemas e diferendos num diálogo prioritariamente entre moçambicanos (contrato político) ou ainda numa organização sócio-económica distributiva e solidária (contrato social) [*sic*]. (NGOENHA, 2004, p. 45-46).

A filosofia moçambicana, nessa obra, é chamada a fundamentar, a apresentar-nos o que é a democracia e quais as possibilidades de realização de um projeto de sociedade, o qual certifique às elites políticas que o espírito da democracia é universal e que as formas institucionais de democracia sempre são construídas a partir do substrato cultural das populações.

Portanto, a filosofia política moçambicana, na perspectiva ngoenhiana, deve ser um instrumento de análise para dessacralizar os equilíbrios políticos que pareciam até então únicos e apresentar as luzes que iluminem a caminhada política dos moçambicanos rumo à maximização das Liberdades.

## Considerações finais

A partir da concepção ngoenhiana de filosofia africana como projeto de futuro, é possível percebermos a importância das filosofias africanas na luta pela liberdade compreendida como desenvolvimento social e econômico, soberania e democracia, não só em Moçambique, mas em todos os países africanos e diaspóricos que compartilham dessa realidade.

O filósofo, através do seu aporte, demonstra-nos que a “[...] filosofia não se pode contentar em justificar o *statuo quo*, mas ao contrário, deve dessacralizar os equilíbrios políticos que parecem únicos” (NGOENHA, 2004, p. 217). Por esse fato, as filosofias africanas têm o desafio de se debruçarem sobre suas temporalidades e contextos históricos a fim de buscarem relevar, construir e fundamentar um projeto de futuro que estabeleça os princípios de um governo que realmente respeite a heterogeneidade dos povos africanos.

Moçambique e muitos países africanos possuem um histórico de instabilidade política dado a um passado marcado por colonização e neocolonização que dificultou o desenvolvimento e o fortalecimento de um modelo político sólido e compatível com o substrato cultural das sociedades africanas.

Nesse sentido, a obra *Os Tempos da Filosofia* busca demarcar que é tempo de os intelectuais e o poder se reconciliarem para que Moçambique e África possam, de fato, constituírem um modelo democrático que seja com-

patível com suas realidades, pois é evidente que a transposição de modos institucionais ocidentais e a tutela política e econômica, vivenciada pelas sociedades africanas, demonstram que as Liberdades, tão almejadas, não foram conquistadas.

De modo consequente, ao apresentar a concepção ngoenhiana de Filosofia Africana como projeto de futuro, que deve ter a Liberdade como principal substrato do pensamento filosófico, visto demonstrar a você, leitor/a, que as filosofias africanas são filosofias que estão engajadas com sua realidade e com a real descolonização do pensamento, da política, da economia, do Ser e Estar no mundo dos povos africanos, pois, como nosso autor reitera, somos responsáveis pelo futuro, vez que “[...] um futuro diferente não cairá do céu. Ele será o que nós fizermos, coletivamente; ele será resultado de atos políticos.” (NGOENHA, 2004, p. 44) e cabe à filosofia política refletir sobre novos projetos de futuro.

Com essa breve introdução, deixo o convite a você brasileiro/a para comigo pensar um projeto de futuro para nossa sociedade. Um projeto de futuro que estabeleça uma democracia autêntica, antigenocida, que tenha sua organização sociopolítica amparada na concepção de Liberdade (desenvolvimento econômico e social) para todos os povos, sobretudo o povo negro, que historicamente sonha com essa Liberdade e não a liberdade imposta pela dinâmica neoliberal.

Severino Ngoenha nos diz que “A realização da missão futuro passará necessariamente pela maneira como cada um de nós souber ocupar o próprio lugar” (NGOENHA, 1993, p. 7). Que nós, filósofas/filósofos e intelectuais compreendamos a importância do lugar que ocupamos e que tenhamos comprometimento com esse lugar, com nossa pluralidade racial, nossa realidade histórica, política, social, econômica e cultural, etc. para que um futuro melhor, justo e igualitário para todas as pessoas da sociedade brasileira, sem exceção, realize-se, e para que não tenhamos mais que “[...] executar futuros inventados por outros e em benefício deles” (NGOENHA, 1993, p. 10).

## Referências

CASTIANO, J. P. *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação*. Maputo: Ndjira, 2010.

NGOENHA, S. E. *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo: Edições Paulistas, 1993. 183 p.

NGOENHA, S. E. *Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004. 221 p.